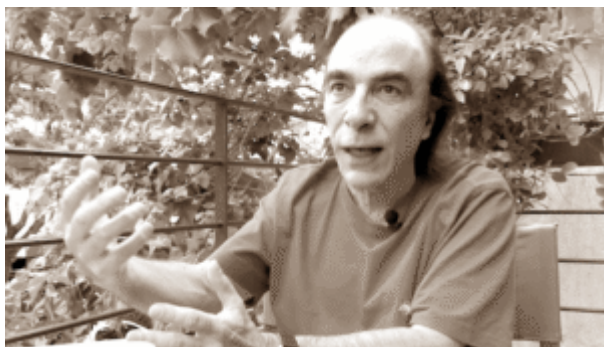


## Argentina - a eleição de meio de mandato



Por **EMILIO CAFASSI\***

*A eleição define-se menos por um projeto de país e mais por um plebiscito de desencanto, onde o voto irado e o ceticismo administrado são as verdadeiras forças eleitorais*

A Argentina se prepara para uma eleição de meio de mandato que cheira a fim de ciclo, mais pelo clima da época do que pelas posições em jogo. Pela primeira vez, os argentinos votarão com uma única cédula de papel. A cédula única, sem envelope e com caneta esferográfica, refletirá uma época que busca simplificar o processo eleitoral com a tinta indelével de uma marca solitária.

Onde antes havia salas escuras saturadas com as cores dos partidos, hoje haverá colunas simétricas convidando os eleitores a marcar com precisão cirúrgica o nome do partido que sobreviver à dúvida. É apenas uma pequena mudança no sistema eleitoral (que nem sequer considerou a situação dos cidadãos com deficiência visual).

### **Caminho para o desencanto**

Mas essa dúvida – esse sopro entre a convicção e o desencanto eleição de meio de mandato – não é mais um acidente: é a nova face do voto. Numa democracia sem sangue como a Argentina, o eleitor contemporâneo não hesita mais apenas entre candidatos, mas entre acreditar ou não no sistema que o produz. A indecisão é seu modo de resistência, seu refúgio contra o dogma da polarização.

A democracia representativa não goza mais da legitimidade inquestionável e complacente que forjou ao fim da monstruosa ditadura, somada ao colapso do Leste e ao vácuo teórico da esquerda. Alfonsín soube capitalizar esse espírito da época. Sua crise não é de procedimentos, mas de fundamento: a distância estrutural entre representantes e representados permanece intacta, mal coberta pela ilusão eleitoral. Hesitar, em tempos de certezas retumbantes, torna-se um ato de prudência política: a forma mais silenciosa de protesto.

Enquanto isso, o partido governista tenta reconstruir uma epopeia que se desintegra em meio a números e sermões absurdos, enquanto a oposição busca um inimigo que não a tema mais, ou sequer a ouça. Como antecipa o pragmático liberal Durán Barba, ex-assessor de Mauricio Macri, “não é a economia, estúpido”: a razão não é a força motriz do voto, mas o desejo. Não haverá uma escolha racional, mas sim um plebiscito emocional, uma espécie de psicanálise coletiva onde o eleitor marcará – com sua caneta – a linha entre o desencanto e a esperança: uma sessão de terapia nacional onde o eleitor se recosta na urna para confessar sua desilusão.

A mudança técnica introduzida pelo voto único em papel, no entanto, implica uma mutação mais aparente do que real. Sua adoção é celebrada como se fosse a lápide da antiga lista “em folha”, mas seu espírito – fechado, partidário e hierárquico – sobrevive na nova superfície. O voto único não dissolve o poder da liderança de contornar sua base; em vez disso, a votação continua em listas fechadas, que as oligarquias partidárias definem a dedo, com os dois primeiros candidatos

exibidos como retratos e os demais dissolvidos no anonimato da palavra impressa. A folha, na verdade, não desaparece: ela se dobra.

O Estado agora assume a impressão, distribuição e apresentação das listas. Onde antes milhões de cédulas partidárias eram impressas e perdiam seu valor nos envelopes, hoje uma única folha comanda a pluralidade. A mudança promete economia, transparência e praticidade e sem dúvida reduz custos e incentivos ao clientelismo. Mas também simplifica a complexidade da política, substituindo a profusão caótica de papelada por um formulário.

O eleitor, por sua vez, não se sente mais parte daquela máquina que antes chamávamos de representação. Em vez de escolher, ele administra seu ceticismo. Ele entra na sala – ou no que resta dela – como alguém que assina um formulário e não um destino. Sua decisão não decorre mais do fervor partidário, mas de flutuações emocionais: cansaço, ironia, desconfiança ou medo.

Ele é o cidadão pós-ideológico descrito por vários estudos recentes: pragmático, mutável, mais atento ao humor social do que às ideias. O antigo eleitor militante tornou-se um usuário do sistema político. O voto único, com sua ordem organizada e estética formal, parece feito sob medida: um espelho administrativo para uma cidadania emocionalmente terceirizada, que não espera mais uma narrativa da política, mas apenas um sinal de que ainda vale a pena duvidar dela.

## Escolhendo à beira do abismo

A economia argentina permanece em tratamento intensivo, embora a equipe de medicina interna agora seja estrangeira. A ajuda que chega de Washington não é um gesto de solidariedade, mas sim uma forma de proteção. O que é apresentado como um resgate – aquela troca de 20 bilhões de dólares que pode dobrar se o paciente obediente sobreviver ao voto eleitoral – é, na verdade, uma sondagem geopolítica que mede o grau de subordinação. Sua declaração, “Se Javier Milei não vencer, não seremos generosos com a Argentina”, não foi um desabafo, mas uma confissão imperial: a ajuda é oferecida sob condição de submissão.

O Tesouro dos EUA atua como um Banco Central estrangeiro, intervindo no mercado de câmbio, ditando o preço do dólar e até sugerindo – nas páginas do *Wall Street Journal* – que toda terapia econômica seria inútil sem uma dose final de dolarização. A Doutrina Monroe renasce em uma versão financeira: a América para os americanos... do Norte. E enquanto as reservas são infladas com ar emprestado, a soberania se dissolve na tinta dos comunicados oficiais.

Não acredito que seja possível para qualquer país se considerar livre quando sua estabilidade depende do humor de Wall Street. O que a retórica libertária apresenta como um resgate financeiro, até o jornal *La Nación* nos lembra, é na verdade uma forma de intervenção. O secretário do Tesouro, Scott Bessent, chegou a se declarar responsável pelo governo argentino, destituindo o próprio Javier Milei do comando.

Cada desembolso é uma corda invisível que amarra o destino da Argentina ao ciclo eleitoral de Washington. Como alerta o próprio *Wall Street Journal*, o resgate seria inútil sem uma “reforma monetária que dolarize a economia”, isto é, sem transformar a submissão econômica em lei. Nesse espelho, Javier Milei se vê como o mais diligente estudioso do neoliberalismo tardio: ele privatiza, ajusta e agradece. Mas o preço dos aplausos é a rendição do leme. O país permanece, assim, à deriva nos ventos de Donald Trump.

O resgate, portanto, não financia apenas a economia: financia ilusões. O governo retrata a ajuda externa como um gesto de confiança global, quando na realidade é um voto de desconfiança que chega com um selo diplomático. O dólar emprestado compra tempo e narrativa, ambos perecíveis. Nessa transação, Javier Milei atua como um instrumento de mercado: ela canaliza os ditames do Norte, os encobre em épico libertário e os vende como soberania.

As eleições de meio de mandato, nesse contexto, decidirão não entre programas, mas entre guardiões. “Se Javier Milei perder, a Argentina perderá o apoio dos Estados Unidos”, disse Donald Trump, borrando os limites entre campanha e

tutela, entre soberania e obediência.

O Fundo Monetário Internacional, por sua vez, juntou-se ao coro. Kristalina Georgieva, com a serenidade de uma convertida, apelou a um “voto pela normalidade” e à celebração do retorno à ordem. A palavra “normal”, em sua boca, é mais perturbadora do que qualquer ameaça: significa resignação, disciplina e a aceitação da fome como política de Estado. Javier Milei tornou-se assim o mediador perfeito para uma cruzada neoliberal que não precisa de tanques, apenas de tecnocratas obedientes.

Como nos lembra o ganhador do Prêmio Nobel Paul Krugman, o resgate não visa salvar a Argentina, mas sim os fundos de hedge amigos de Scott Bessent que apostaram nele. “*America First*”, ele escreve ironicamente, “na verdade significa *Billionaire Buddies First*”. A história se repete, mas com cada vez menos dissimulação.

A sombra lançada por essa ajuda tem contornos ainda mais sombrios. A imprensa internacional já a chama de narcodependência imperial: a “ajuda financeira” coexiste com a expansão do narcotráfico e o relaxamento dos controles que o regulavam. A nova ordem hemisférica assemelha-se a um cassino administrado pelo Norte, onde dinheiro sujo é lavado em nome da liberdade. Naquela mesa, Javier Milei desempenha o papel de crupiê: sorri, gira a roleta e agradece pelas gorjetas. A Argentina, por sua vez, aposta tudo por uma ficha emprestada.

## Cenários e miragens eleitorais

A política argentina se assemelha cada vez mais a uma tragicomédia sem mudanças de elenco. Eleições de meio de mandato são anunciadas com novos escândalos, mas com velhos atores. O caso de José Luis Espert, que discutimos há algumas semanas – caído por seus laços com o narcotraficante Fred Machado – resume a farsa moral do partido no poder. Não é uma maçã podre, mas a árvore inteira: aqueles que pregam a pureza do mercado acabam atolados em sua lama mais opaca.

E quando o candidato liberal desmorona, outro candidato libertário se envolve em um escândalo que expõe as linhas tênues entre política e crime de drogas. Lorena Villaverde, a principal candidata ao Senado por *La Libertad Avanza* em Río Negro, admitiu ter sido detida nos Estados Unidos. Seus laços com Claudio Ciccarelli, primo do já mencionado Fred Machado, completavam o quadro. O eco daquele sobrenome, o mesmo que financiou a campanha de José Luis Espert, ressoou novamente como uma parábola do poder libertário.

A cena não é nova, apenas mais explícita. A moral ultraliberal floresce, mas dentro das fronteiras porosas do crime e do *showbiz*. Na mesma semana em que Javier Milei denunciou “a elite corrupta”, seus próprios candidatos foram apanhados em uma teia de financiadores fugitivos, amizades duvidosas e espetáculos judiciais. O que antes era insinuado como uma metáfora agora é crônico: “a ética do mercado” tornou-se indistinguível de sua contraparte, o crime organizado. Carlos Pagni resumiu esse paradoxo em uma cena: o caso Espert, envolto em financiamento de drogas, revela que a bandeira anti-elite está afundando no próprio pântano que denunciava. A corrupção deixou de ser um monopólio estatal e se tornou um mercado.

Neste cenário de escândalos e ruínas, nada de essencial muda. O partido no poder, sustentado pela aliança entre Washington e os fundos de hedge, mantém seu núcleo linha-dura; a oposição, fragmentada entre moderados e saudosistas do Estado, é incapaz de articular uma alternativa. Nem mesmo o mal-estar econômico – uma recessão que afunda a indústria, o comércio e o emprego – consegue redistribuir o equilíbrio de poder. A sociedade, cansada e polarizada, parece anestesiada pelo desastre contínuo: votará como alguém que renova um contrato que não entende, mas tem medo de romper.

Javier Milei, que outrora prometeu encarnar a fúria da mudança, tornou-se o protagonista de uma ópera cômica que ele simultaneamente dirige e a protagoniza. Seu microfone substituiu o púlpito, e seu falsete substituiu o slogan. Cada ato de governo se torna um número musical, e cada conferência, um evento acústico em prol do poder. O presidente-cantor,

transformado em seu próprio ídolo, sobe ao palco com a bandeira como capa e o déficit como partitura. Ele é acompanhado por ministros transformados em cantores de apoio que entoam a melodia do milagre econômico enquanto o país está desafinado na realidade.

O paradoxo é que, sob o barulho ensurdecedor do espetáculo, nada se move. A estrutura de poder permanece intacta: as províncias dependentes da partilha de receitas, os sindicatos divididos, os movimentos sociais reprimidos pelo medo e pela fome, o Congresso reduzido a um coro cerimonial. A promessa de ruptura acabou sendo uma restauração disfarçada: o neoliberalismo com uma peruca libertária.

O governo, em sua cruzada contra a “casta”, tornou-se uma caricatura de si mesmo. O que o incendiário Javier Milei gritava contra os políticos, o presidente Javier Milei sussurra para preservá-los. Em última análise, as eleições de meio de mandato não decidirão entre continuidade e mudança, mas entre dois modos de continuidade. O país se move, sim, mas em círculos: gira como um carrossel onde cada volta promete vertigem e oferece, repetidamente, a mesma visão.

É assim que chegamos a estas eleições: entre a vertigem e o bocejo. O cenário político está em turbulência, mas o enredo permanece inalterado. Os escândalos sucedem-se como flashes numa tela rasa, e as sondagens oscilam dentro das mesmas faixas de um ano atrás. As instituições parecem estar a aguentar-se, embora mais por inércia do que por convicção, e a sociedade assiste ao processo como quem assiste a um filme repetido com legendas diferentes.

O cansaço democrático tornou-se uma paisagem. Neste país onde tudo parece prestes a explodir e nada acontece, votar é mais uma vez um gesto de resignação do que de esperança. As eleições intermediárias não prometem uma viragem, mas sim uma pausa prolongada: o ponto e vírgula numa história que se recusa a concluir.

## **A fragilidade das hegemonias e o voto de desencanto**

As pesquisas revelam um equilíbrio que esconde uma profunda instabilidade. O que Hanna Pitkin chamou de representação simbólica se manifesta hoje como legitimidade emocional: os eleitores respondem a gestos e slogans, não a projetos. A democracia plebiscitária descrita por Leibholz encontra sua caricatura perfeita em Javier Milei: uma liderança que substitui o “o quê” e o “como” pelo “quem”.

Nenhum bloco consegue construir uma liderança sólida: as margens entre o partido no poder e a oposição são estreitas e mutáveis, e o voto indeciso se expande como uma área cinzenta que se define sem se identificar. É a expressão política de um mal-estar que não encontra tradução partidária. O que Gramsci chamaria de “crise de hegemonia” se manifesta aqui como uma multiplicação de microautoridades e subjetividades dispersas.

O chamado “voto raivoso” tornou-se o verdadeiro árbitro do sistema. Não é mais uma anomalia: é o centro de gravidade eleitoral. Sua lógica não é programática, mas reativa. As pessoas votam menos “a favor” do que “contra”. Os cidadãos, deslocados do papel de sujeito político, comportam-se como consumidores que punem ou recompensam de acordo com a decepção acumulada, como Schumpeter enfatizou em meados do século passado.

Essa emocionalidade negativa, que Yanes Varoufakis identifica como o combustível dos populismos contemporâneos, traduz-se não em ruptura, mas em oscilação. O eleitor raivoso não busca transformar o sistema, mas sim lembrá-lo de que ele ainda existe. Um paradoxo reside nesse gesto: eles protestam para preservar a capacidade de protestar.

O caso argentino demonstra a complexidade desse processo. A coalizão governista tenta capitalizar o descontentamento, mas o próprio exercício do poder o corrói. A promessa de dinamitar a “casta” acabou se transformando em uma administração onde o ajuste coexiste com a autoproteção de privilégios. Por outro lado, a oposição progressista não consegue construir uma narrativa que agrade ao eleitorado desencantado. Seu discurso racional se choca com um clima emocional que exige mais catarse do que argumentos.

O eleitor indeciso – aquele que as pesquisas tratam como um mistério – não é apático: é um sujeito saturado, cético, que não confia mais na mediação. Prefere o silêncio à militância, a abstenção ao pertencimento. O voto irado, o voto indeciso e o voto ausente são, a rigor, três formas contemporâneas do mesmo fenômeno: o descontentamento político. Nenhuma força consegue transformá-lo em projeto, apenas administrá-lo.

O equilíbrio de forças, portanto, permanece congelado não por desequilíbrio, mas por fadiga. Hegemonias fracas se alimentam mutuamente em sua impotência. O poder não é contestado: é reafirmado. E assim, a democracia argentina avança, sustentada por seu próprio ceticismo, transformada em um sistema que não mais representa, mas sim administra a mentira.

## Opções políticas

O que está em jogo nestas eleições não é uma simples redistribuição de cadeiras, mas a possibilidade de interromper – ou consagrar – a ofensiva libertária. Por trás do pano de fundo eleitoral, desenrola-se um projeto de poder que vai além de Javier Milei e seu séquito de bajuladores: um movimento ideológico que visa consolidar um novo bloco histórico de dominação, onde o capital financeiro, os lobbies estrangeiros e os velhos aparatos partidários se fundem em um único impulso restaurador.

O partido libertário governante não caminha sozinho. É acompanhado pelo PRO, seu irmão mais velho na genealogia neoliberal, que encontrou nessa aliança a oportunidade de reciclar seu fracasso sob o disfarce de purismo doutrinário. Mas também é apoiado, mais silenciosamente, por setores que romperam com os partidos majoritários – peronistas e radicais – que, tendo perdido o rumo ou a dignidade, se juntam como satélites nas listas de *La Libertad Avanza* (LLA) ou como aliados externos na cruzada contra os direitos conquistados.

Em nome da modernização ou da governabilidade, legitimam os avanços no trabalho, na educação, na previdência social e no patrimônio público. O que está em jogo, então, é se essa máquina de desapropriação conseguirá consolidar sua hegemonia parlamentar, selando no Congresso o que já impôs nas ruas e na mídia: uma nova moral de submissão.

Interromper essa ofensiva não significa apenas votar contra Javier Milei. Significa resgatar o próprio significado da representação democrática de sua caricatura simbólico-plebiscitária: impedir que a democracia seja reduzida a um ritual de delegação cada vez mais esvaziado, onde os cidadãos abdicam de seu poder e os representantes se emancipam de seus eleitores. A votação de outubro não é apenas uma formalidade: é a fronteira final entre a sociedade e sua conversão definitiva na clientela política do mercado.

Pessoalmente, voto na cidade de Buenos Aires, que elege deputados e senadores. Para estes últimos, não há outra opção senão votar no partido peronista *Fuerza Patria* (FP), na esperança de garantir uma segunda minoria. Qualquer outra alternativa com pretensões antilibertárias jogaria o voto por água abaixo. Lamento que o primeiro candidato seja o lânguido Recalde (o único com chances de vitória, um fiel representante da “casta”) e não sua segunda, Ana Arias, reitora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, que traria frescor, vitalidade e iniciativa à representação.

Mas não é a única opção na Câmara dos Deputados. O *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT) acabou se tornando um espelho daquilo que afirma combater. Após quatorze anos de existência, o FIT não é mais uma alternativa, mas uma marca registrada: uma articulação puramente eleitoral, sustentada por aparatos mutuamente desconfiados que concebem a unidade como um pacto de não agressão e a militância como a repetição de slogans simplistas e regurgitados. Sua vitalidade não vem da luta de classes, mas da rotina das PASO (primárias abertas obrigatórias).

Certamente participam de todas as lutas e conseguiram construir um aparato. Mas a experiência que outrora prometia unir a vanguarda operária, estudantil e feminista foi reduzida a uma federação de siglas com conotações sectárias, mais preocupadas com a distribuição de candidatos do que com a construção de um projeto socialista vivo. Em nome da pureza

# a terra é redonda

doutrinária, a esquerda tornou-se sua própria censora.

Suas sessões plenárias são liturgias fechadas onde a heterodoxia é exorcizada; seus debates são tribunais de fé onde cada organização mede a heresia da outra com a mesma meticulosidade com que o poder mede a obediência.

O FIT não organiza a raiva: ele a administra. Convoca trabalhadores, professores, aposentados e estudantes a apoiarem suas listas, mas não a integrá-las ou as debaterem. Assim, a luta se torna um argumento de campanha e a política, um exercício de autocontemplação. O que antes era uma tentativa de construir uma alternativa de classe fossilizou-se em um ritual identitário que confunde coerência com isolamento.

O paradoxo final é cruel: ao mesmo tempo em que denuncia o parlamentarismo burguês, tornou-se seu refém mais obediente. Sua única vitória sustentável é permanecer inalterado. Sectário por sobrevivência, eleitoral por inércia, o trotskismo argentino conseguiu o que seus adversários não conseguiram: transformar a esquerda em uma minoria perpétua, tão pura quanto estéril.

No entanto, neste contexto, é uma opção, ainda mais considerando que a candidata que pode ter sucesso é a ex-candidata presidencial Miriam Bregman, cujo perfil, carisma e certa heterodoxia a separam de longe dos demais candidatos e deputados atuais, que não passam de meros tagarelas. É nela que votarei na Câmara Representantes.

No fundo, cada eleição é uma luta entre a memória e o esquecimento. Esta, mais do que qualquer outra, decidirá se a sociedade argentina aceita sua degradação como seu destino ou se ainda tem a vontade de recusar. Talvez o voto não seja suficiente para derrubar o edifício do cinismo, mas ainda pode abrir uma fresta por onde o ar possa entrar.

Porque mesmo em meio às ruínas, há quem continue acreditando que a política não é uma formalidade, mas um verbo no presente: o de resistir juntos para merecer novamente o futuro.

*\*Emilio Cafassi é professor sênior de sociologia na Universidade de Buenos Aires.*

Tradução: **Artur Scavone**.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**